



territórios negros

ano 8 • n.º 36 • set./out./nov. 2008

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

editorial

Depois de terem apresentado a situação de impasse em torno dos direitos quilombolas à Organização Internacional do Trabalho (OIT) em setembro, e denunciado o caso das comunidades de Alcântara à Corte Interamericana em outubro, os quilombolas conseguiram, em novembro, uma importante vitória na justiça em favor dos territórios de Alcântara, contra a agência aeroespacial e sua base de lançamento de satélites.

Este foi o saldo positivo de um segundo semestre marcado pela grande articulação da bancada ruralista no Congresso Nacional contra os direitos quilombolas, indígenas e ambientais: contra a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, contra a lei de crimes ambientais - que pune as grandes queimadas, por exemplo -, e em favor do projeto de lei que revoga os direitos quilombolas.

Foi neste contexto que o governo brasileiro publicou, no dia 1º de outubro, a nova Instrução Normativa 49, que altera os procedimentos do Incra no processo de regularização dos territórios quilombolas. Apesar dos cinco meses e meio decorridos desde a Consulta realizada às comunidades quilombolas, a IN49 tem o mesmo texto que foi rejeitado pelos quilombolas e denunciado pelas organizações da sociedade civil por tornar todo o processo mais longo, complexo e sujeito a revezes técnicos e políticos.

O governo, porém, defendeu a IN49 argumentando que esta seria uma forma de prevenir entraves jurídicos e de negociar o fim dos ataques parlamentares ao chamado "decreto quilombola" do Lula (4887/03), que estabelece os parâmetros para a execução do artigo 68 (ADCT/CF1988) e sustenta a ação do Incra.

A princípio, o acordo firmado no final de novembro entre o governo e a bancada ruralista, pela retirada do Projeto de Decreto Legislativo 44/07 (que combate o "decreto quilombola") da pauta da Comissão de Constituição e Justiça, confirmaria tal justificativa. Mas isso não parece muito seguro.

Para conseguir tal acordo, o governo já havia apontado com a possibilidade de excluir do Estatuto da Igualdade Racial o capítulo relativo à demarcação das terras quilombolas, e a própria presidência da FCP denunciou, em maio, a exclusão dos procedimentos de certificação. A certificação é, hoje, o dispositivo que permite às comunidades quilombolas serem incluídas nos pacotes de políticas públicas diferenciadas. Foi novamente a mobilização quilombola que impediu que tal acordo ocorresse.

Agora, em troca deste mesmo acordo pela retirada do PDL44/07, o governo ofereceu não só a nova IN49 como também a promessa de que a Advocacia Geral da União "vai continuar estudando soluções para o reconhecimento das terras dos remanescentes de quilombos, sem prejuízo para setores do campo". De fato, no início de dezembro o líder da bancada ruralista na Câmara disse ter saído "satisfeito" de uma audiência com o advogado-geral da União, José Dias Tóffoli. O advogado declarou ter "o mesmo entendimento que ele" sobre a demarcação de terras quilombolas em ao menos um ponto: só terras "efetivamente ocupadas" pelas comunidades são passíveis de titulação pelo Incra. Este foi o sinal para que o deputado ruralista anunciasse a apresentação à AGU de um pedido de revisão do "decreto quilombola".

O que está acontecendo, portanto, é o deslocamento da negociação para uma instância ainda menos transparente e sujeita à opinião pública que o parlamento e os órgãos do executivo. Depois de ter defendido a IN49 como garantia de integridade do decreto presidencial 4887/03, o governo abre uma nova rodada de negociação em torno do texto do próprio decreto. Teremos que trabalhar muito para fazer de 2009 um ano bom.

• NACIONAL

GOVERNO BRASILEIRO DENUNCIADO NA OIT

Para quilombolas e também indígenas, o governo brasileiro não está cumprindo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que assegura os direitos das populações tradicionais. Por isso, foi registrado na sede da entidade em Brasília, no dia 1º de setembro, comunicado assinado por dez organizações quilombolas e 12 organizações não-governamentais, entre elas KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, denunciando o descumprimento da Convenção.

O acordo foi assinado pelo Brasil em 2003, e o governo precisa enviar neste ano um relatório sobre as ações que desenvolveu para implementá-lo. Entidades da sociedade civil decidiram apresentar sua avaliação, entregando o documento na OIT. Quilombolas e indígenas identificam diversas falhas na aplicação da Convenção, especialmente a realização da consulta prévia. Exemplo recente é o processo que modificou os procedimentos do Incra para a titulação (a Instrução Normativa nº

49), qualificado como um “ensaio de consulta” por Maria Aparecida Mendes, liderança da Conaq.

Durante o seminário Oportunidades e Desafios para a Implementação da Convenção 169, realizado nos dias 10 e 11 de setembro, também em Brasília, o juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto de Figueiredo Caldas, lembrou que não basta apenas ouvir a opinião dos povos tradicionais, mas levá-la em consideração. O juiz concorda com lideranças quilombolas sobre a necessidade de regulamentação dos mecanismos de consulta prévia, de modo que elas sejam, de fato, um instrumento de expressão da vontade dos povos tradicionais.

Fonte: Adital, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Jornal Pequeno e Isa

QUILOMBOLAS QUEREM DIREITOS HUMANOS

No dia 27 de outubro, lideranças quilombolas de Alcântara (MA) e organizações parceiras foram à sede da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (CIDH), em Washington (EUA), denunciar as violações de direitos humanos cometidas no

Maranhão e *requerer do Estado Brasileiro o direito aos territórios quilombolas*, garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Convenção Americana de Direitos Humanos e Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A CIDH deve emitir relatório sobre tais violações, apontando recomendações para reparação às comunidades.

Fonte: Justiça Global

PESQUISA NACIONAL DOS POVOS TRADICIONAIS

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPTC) divulgou a primeira versão do projeto *Levantamento Nacional de Populações Tradicionais* que pretende realizar uma pesquisa nacional que inclui comunidades quilombolas, indígenas e ciganos. Os resultados dessa pesquisa devem auxiliar na elaboração de políticas públicas, além de pretender tornar-se política de Estado na elaboração de indicadores que deverão ser alimentados pelo Governo Federal e através do Censo Demográfico Nacional.

Fonte: KOINONIA/OQ

QUILOMBOLA É NOVA COORDENADORA-GERAL NO INCRA

Em 17 de setembro, Givânia Maria da Silva, líder quilombola de Conceição das Crioulas e membro da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), assumiu a Coordenadoria Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra. Givânia foi dispensada em março de 2008 do cargo de Subsecretária da Subsecretaria de Políti-

10 e 11 | Auditório da Escola Superior do Ministério Público da União,
de novembro | L2 Sul, Quadra 603/4, Lote 23 Brasília, DF

O Instituto Socioambiental e a Comissão Pró-Índio de São Paulo convidam para o "Seminário: Oportunidades e Desafios para a Implementação da Convenção 169 da OIT Sobre Povos Indígenas e Tribais".

Programação com palestrantes nacionais e internacionais:

Mesa 1: A aplicação da Convenção 169 da OIT no Brasil.

Mesa 2: A aplicação do Direito de Consulta Prévia na América Latina.

Mesa 3: O Sistema de Monitoramento da OIT e a Participação Cidadã.

Mesa 4: O Direito de Consulta Prévia no Brasil.

Confira a programação completa no site das organizações
www.cplp.org.br | www.socioambiental.org.br
Contamos com a sua presença!

Organizadores: CNPq, FAPESP, etc.
Apoio Institucional: CNPq, etc.
Apoio financeiro: ICCO, Oxfam, etc.

cas para Comunidades Tradicionais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Subcom/Seppir) sobre protestos do movimento quilombola.

Fonte: KOINONIA/OQ

POLÍTICAS PÚBLICAS BENEFICIAM QUILOMBOLAS

Desde 20 de novembro de 2007, o governo começou a promover políticas públicas voltadas para determinados territórios que beneficiam comunidades quilombolas em diversos estados. São elas: o Programa Territórios da Cidadania e a Agenda Social Quilombola. Nos últimos três meses acontecimentos no Mato Grosso do Sul, Pará e Maranhão acompanharam essa tendência. No Mato Grosso do Sul foi aprovado a inclusão de mais duas regiões na lista de Territórios da Cidadania do estado, que incluem comunidades quilombolas. No Maranhão e no Pará os governadores e o ministro da Seppir empossaram os membros do Comitê Gestor Estadual da Agenda Social Quilombola de cada estado.

Neste período, o Comitê Gestor Nacional do Programa Territórios da Cidadania dobrou seu número de territórios, devendo beneficiar em 2009, 768 comunidades quilombolas. Além dos tradicionais critérios de inclusão, como o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), assumiu-se também o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). As ações e projetos são apresentados pelo governo federal e o colegiado formado em cada Território é a instância de participação das populações atendidas. Os Territórios da Cidadania estão divididos por todo o Brasil com 27 Territórios na região Nordeste, 14 na Norte, 7 na Sudeste, 6 na Centro-Oeste e 6 na região Sul.

Fonte: Jornal Fátima News e Jornal Pequeno

20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra

MA

- XXVI Semana da Consciência Negra no estado

PE

- Debate sobre Estatuto da Igualdade Racial na Assembléia Legislativa
- Conceição das Crioulas recebe medalha Zumbi dos Palmares concedida pela Assembléia

BA

- Palestra "Tapera, Pau Grande e Barreiro: Uma Geohistória de Resistência de Comunidades Tradicionais no Litoral Norte da Bahia" e lançamento de publicação do cd rom "Comunidades Negras Rurais Quilombolas: Relatórios técnicos para o seu reconhecimento" na UFBA.

MS

- Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial articula atividades, entre elas a venda da produção de artesanato de comunidades quilombolas do estado.

ES

- Lançamento do Prêmio Territórios Quilombolas no estado RJ - Homenagem a João Cândido e shows no feriado de Zumbi

RJ

- I Semana de Consciência Negra na comunidade da Rasa – com palestras, oficinas, caminhada e simpósio de estudos afro-brasileiros.
- 4ª Edição do Prêmio Camélia da Liberdade

SP

- Atividades culturais marcam a Semana da Consciência Negra em Sumaré

Fonte: Canal Saúde/Fiocruz, CCN-MA, Seppir, PaltanalNews e Portal Novidade



Marambaia comemora o Dia Nacional da Consciência Negra

NOVA INSTRUÇÃO DO INCRA

Publicada no Diário Oficial da União de 1º de outubro de 2008, a Instrução Normativa (IN) Incri nº 49, que disciplina o Decreto nº 4.887/2003, prevê novos procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro das terras quilombolas. O texto da nova instrução tem como base o relatório do Grupo de Trabalho (GT) coordenado pela Consultoria-Geral da União (CGU) da Advocacia-Geral da União, formado em 2007 para rever as normas que garantem a titulação de terras quilombolas. A norma teve a modificação realizada através de um conturbado processo conduzido pela AGU, com a realização de uma consulta pública. Na consulta grande parte das propostas do governo foi rejeitada pelo movimento quilombola. Diante disso, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq – divulgou a "Carta de repúdio aos ataques contra o povo quilombola", assinada por entidades de apoio à causa quilombola. No documento, os quilombolas afirmam que as propostas de alteração dos artigos da IN retrocedem absurdamente quanto à efetivação dos direitos quilombolas.

Leia a carta na íntegra no Observatório Quilombola – www.koinonia.org/oq

• NOS ESTADOS

TO

CASAS PARA QUILOMBOLAS EM MOCAJUBA

A Companhia de Habitação do Pará (Cohab) realizou, no último dia 2 de novembro, licitação para a construção de 50

novas moradias para quilombolas que vivem em situação de extrema pobreza no município de Mocajuba, região do Tocantins. As obras beneficiarão as comunidades de Icatu, com 30 casas, e Tambaí-Açu, com 20. A Cohab coordenará, também, ações técnicas e sociais nas localidades, voltadas para a preservação do meio ambiente e auto-sustentação das populações. Os cursos serão ministrados durante o período das obras, nas quais será valorizada a mão-de-obra local.

Fonte: Governo do Estado do Pará

DESPEJO NA COMUNIDADE DE GROTÃO

Em resposta às denúncias encaminhadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT/Araguaia) ao Incra, à Secretária Especial de Direitos Humanos, ao MPF e à FCP, comunicando a violência sofrida por um conjunto de dez famílias da comunidade quilombola de Grotão, no município de Filadélfia, foi marcada uma audiência pública para o dia 29 de outubro, promovida pela Ouvidoria Agrária Nacional do Incra de Brasília. Em sua denúncia o CPT/Araguaia destaca que a situação das famílias é desumana e preocupante.

No final do mês de novembro as famílias expulsas de Grotão receberam a notícia de que poderão retornar para suas terras logo que o Incra faça uma remarcação da área. A informação foi dada pela subsecretária da Cidadania e Justiça e superintendente de Promoção dos Direitos Humanos do Estado, Dulce M^a de Palma Pimenta Furlan, que está acompanhando o caso.

Para entender o caso – No dia 08 de outubro de 2008 foram despejadas 10 famílias da Comu-

nidade Grotão, no município de Filadélfia (TO). Tudo isso aconteceu depois que o Juiz de Direito da Comarca concedeu o mandado de reintegração de posse aos donos da propriedade. Na ocasião do despejo, foram queimadas todas as casas das famílias, com convivência de Oficiais de Justiça e da Polícia Militar. As famílias quilombolas, que vivem na área desde 1860, estão hoje alojadas na quadra de esportes do município aguardando uma posição da justiça.

Fonte: A Notícia, Portal Stylo e CPT/Araguaia

PA

ESTADO LANÇA PLANO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) lançou no dia 20 de novembro, o Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Peppir). O Plano beneficiará as comunidades quilombolas com medidas como titulação de terras, criação de postos de saúde e melhoria na educação e na segurança, além da criação do Programa Pará Quilombola. No Pará existem cerca de 350 comunidades quilombolas, sendo 31 áreas tituladas. Até o final do mês de novembro, mais seis áreas deverão ser tituladas pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa).

Fonte: Governo do Estado do Pará

ENCONTRO DE MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS

Foi realizado entre os dias 19 e 22 de novembro o 5º Encontro de Mulheres Negras Quilombolas, no município de Inhangapi, distante 91 km da capital paraense. O encontro debateu a participação do negro na sociedade, abordando

temas como direitos humanos, acesso a crédito, titulação de terras, combate ao racismo e preconceito, combate à violência doméstica, além de temas gerais de interesse das comunidades quilombolas. A expectativa dos organizadores era de reunir mais de 300 mulheres vindas de 110 comunidades negras rurais remanescentes de quilombos e da zona urbana de 30 municípios do Estado.

Fonte: Agência Pará de Notícias

MA

TERRAS QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA SERÃO TITULADAS

Foi publicado no dia 4 de novembro no D.O.U., o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação produzido pelo Incra, reconhecendo as comunidades quilombolas situadas no município de Alcântara e determinando a delimitação de suas terras. A partir da publicação, o Incra começa a reunir os documentos necessários para a emissão dos títulos de posse coletivos, que serão entregues às 110 comunidades quilombolas da região. O relatório afirma que os estudos socioeconômicos, culturais, antropológicos, fundiários, cartográficos e ambientais reconhecem que a citada comunidade se caracteriza como grupo étnico remanescente de quilombo, dotada de trajetória própria e relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e concluem que as terras identificadas, com área delimitada de 78.105, 3466 ha, são consideradas como território da Comunidade Quilombola de Alcântara.

O direito de uso da área era motivo de disputa entre as 110 comunidades remanescentes de quilombo do município e a Agência Espacial Brasileira, que pretendia ampliar os sítios para lançamento de foguetes no entorno do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). A suspensão da ampliação da CLA partiu de um acordo coordenado a partir da Casa Civil da Presidência da República no sentido de conciliar o Programa Espacial com os direitos das comunidades quilombolas que há séculos ocupam a região. Com isso, ficou definido que se quiserem construir novas bases de lançamento de foguetes em Alcântara, a Agência Espacial e a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) terão que respeitar a delimitação das áreas.

O acordo pôs fim a uma ação movida em maio deste ano pelo Ministério Público Federal no Maranhão para garantir os direitos das comunidades quilombolas em Mamuna e Baracatitua, em Alcântara. Elas, segundo o MPF, seriam prejudicadas pela expansão das instalações espaciais em áreas usadas pelos remanescentes de quilombolas.

Fonte: JB Online, ComuniWeb, Estadão e Jornal Pequeno

PI

CRÉDITO FUNDIÁRIO

O Programa estadual Crédito Fundiário beneficiou, em setembro, quilombolas do município de São João da Varjota. A partir de um investimento de R\$ 281.500,00 foi inaugurado o Assentamento de Palhetas que reúne 20 famílias quilombolas. Seiscentos hectares de terra foram adquiridos para a realização

de um projeto produtivo com o cultivo de mandioca e caju.

Fonte: Portal 180 Graus

III FERAPI

De 14 a 17 de novembro aconteceu a III Ferapi (Feira Piauiense de Produção do Povo da Reforma Agrária e do Povo Quilombola), que este ano teve como tema: Cultura e Identidade. Na abertura da Ferapi, foi assinada pelo governador do estado, Wellington Dias, a transferência de domínio rural da comunidade quilombola Volta do Campo Grande, contemplando mais de 100 famílias do município de Campinas do Piauí.

Fonte: MDA

PE

CARTA DE PERNAMBUCO COBRA ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

Militantes de diversas entidades do movimento negro programaram um ato no aeroporto dos Guararapes para entregar a parlamentares pernambucanos a Carta de Pernambuco. O documento foi consolidado em audiência pública coordenada pelo deputado Isaltino Nascimento (PT) e pede a aprovação imediata do projeto de lei 3.198/200, do senador Paulo Paim (PT-RS), mais conhecido como Estatuto da Igualdade Racial.

Fonte: Blog do Jamildo

AL

OBRAS DE SANEAMENTO EM PAU D'ARCO E CARRASCO

A Prefeitura de Arapiraca, por meio da Secretaria de Saúde, firmou convênio no mês de setembro, com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para

a construção de 265 banheiros no município. As obras irão beneficiar as famílias quilombolas que vivem nas comunidades de Pau d'Arco e Carrasco, na zona rural de Arapiraca. O projeto está orçado em R\$ 1 milhão, com uma contrapartida financeira do município.

Fonte: Alagoas em Tempo Real

RECONHECIMENTO DE POVOADO TABACARIA

Com danças de reisado e um almoço com feijão tropeiro, os quilombolas da Comunidade de Povoado Tabacaria comemoraram, no dia 9 de outubro, o recebimento de uma cópia do documento em que o governo federal reconhece e declara como território quilombola uma área de 410 hectares. A publicação no D.O.U. foi feita através da portaria nº 326, de 1º de outubro de 2008. O próximo passo será a desapropriação das áreas declaradas como parte do quilombo: três fazendas de médio porte dedicadas à criação de gado. O povoado fica na região do lendário Quilombo dos Palmares. Segundo levantamento antropológico, os quilombolas foram expulsos das áreas que ocupavam durante o processo de expansão da pecuária na região, na década de 70.

Fonte: Alagoas 24 Horas e O Estado de São Paulo

ENCONTRO ESTADUAL

Para debater as questões referentes às comunidades quilombolas no estado, foi realizado nos dias 12, 13 e 14 de novembro, o Encontro Estadual de Comunidades Negras Quilombolas de Alagoas, em Maceió. Cerca de 70 representantes de comunidades certificadas e não-certificadas oficialmente partici-

param do encontro. A iniciativa partiu do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral), com o apoio da FCP e do Laboratório de Antropologia Visual de Alagoas (Aval), com o objetivo de fortalecer a organização das comunidades quilombolas e promover o debate sobre melhoria da qualidade de vida e valorização da identidade. Em Alagoas existem aproximadamente 50 comunidades quilombolas. Dessas, apenas 23 já foram certificadas pela FCP.

Fonte: Alagoas em Tempo Real

PB

IV ENCONTRO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Entre 6 e 8 de novembro a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas da Paraíba (CECNEQ) reuniu quilombolas do estado na Fetag, em João Pessoa. O tema do evento foi "Educação, Saúde e Territórios Quilombolas" e foram convidados representantes de órgãos estatais como o Incra, a Seppir e os ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário e da Educação. Estiveram em pauta também as modificações no processo de titulação gerido pelo Incra (Instrução Normativa 49).

Fonte: CECNEQ

CE

PROJETOS PARA ÍNDIOS E QUILOMBOLAS

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) realizou, no dia 03 de setembro, o Seminário Projetos Sociais e Ambientais do São José. O evento buscou avaliar os projetos locais, bem como planejar ações futuras como a

estratégia étnico-racial para o Projeto São José, que visa incentivar o acesso a políticas públicas para comunidades indígenas e quilombolas do Ceará. No planejamento está o incentivo para melhoria dos processos produtivos, abastecimento de água, eletrificação e regularização fundiária dessas etnias. Foram orçados R\$ 1 milhão do Fundo de Combate à pobreza Rural (FECOP) para este diagnóstico.

Fonte: AVOL

BA

QUILOMBOLAS OCUPAM INCRA

Cerca de 100 integrantes de dez áreas quilombolas de municípios no Recôncavo Baiano ocuparam, no dia 17 de novembro, a área externa e a entrada do prédio do Incra, em Salvador. Eles cobravam do governo a oficialização de posse das terras quilombolas por seus ocupantes. Além disso, eles reivindicaram o acesso da população das áreas a serviços como esgotamento sanitário e energia elétrica. A ocupação, de caráter pacífico, durou apenas um dia.

FONTE: O Jornal Estado de São Paulo

TERRITÓRIO DA CIDADANIA CHEGA AO BAIXO SUL

O Comitê Gestor Nacional dos Territórios da Cidadania aprovou a inclusão do Território do Baixo Sul, entre outros oito no estado da Bahia. Os municípios que compõem um Território passam a receber ações de desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais a partir da parceria entre Governo Federal, estados e municípios. Os Planos Territoriais de Ações Integradas dos novos territórios serão elaborados a

partir de matrizes de ações apresentadas pelo Governo Federal. A transformação em obras, serviços e projetos de desenvolvimento será definida com os colegiados territoriais, instância de participação da população dos territórios atendidos.

Fazem parte do Território do Baixo Sul os municípios:

Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Itamari, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Nova Ibiá, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.

Fonte: Portal da Cidadania



O município de Camamu está entre os 16 que compõem o Território do Baixo Sul

KOINONIA

MS

TITULAÇÃO DE TERRAS É TEMA DE ENCONTRO

Foi realizado entre os dias 10 e 12 de setembro, em Campo Grande, o Encontro das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul (MS). O evento teve como tema a titulação e demarcação de terras quilombolas e foi organizado pelo Conselho Estadual dos Direitos e Defesa do Negro de MS.

De acordo com a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária existem 27 comunidades negras rurais, urbanas e quilombolas reconhecidas no estado. Destas, 16

participaram do encontro que reuniu 12 municípios: Aquidauana, Figueirão, Jaraguari, Corguinho, Rio Negro, Sonora, Dourados, Maracaju, Nioaque, Rio Brillhante e Terenos. Além da capital, com a Comunidade Negra Familiar São João Batista, a Comunidade Tia Eva e Chácara Buriti, do distrito de Anhanduí.

Deputado defende os direitos dos quilombolas em sessão legislativa - O deputado estadual Amarildo Cruz (PT) ocupou a tribuna da Assembléia Legislativa, durante a sessão ordinária do dia 11, para defender a titulação das áreas quilombolas no estado. Membros do Conselho Estadual dos Direitos e Defesa do Negro do MS acompanharam a sessão e solicitaram o apoio dos parlamentares para o andamento dos processos de regularização dos títulos de terras quilombolas no MS. O deputado defendeu ainda, o projeto de sua autoria, que institui o programa de reserva de vagas para negros em concursos públicos no Mato Grosso do Sul. A proposta prevê ainda a adoção de políticas e programas de formação profissional, de emprego e de geração de renda voltados para os afro-brasileiros.

Fonte: Capital News, Fátima News, Última Hora News e Aquidauana News

MT

RECONHECIMENTO DE LAGOINHA DE BAIXO

O D.O.U. publicou no dia 10 de setembro a Portaria que reconhece e declara o território de Lagoinha de Baixo, no município de Chapada dos Guimarães, como área de remanescente de quilombo. Na área, de 2.514 hectares, vivem 35 famílias que se identificam como quilombolas.

Euzito Reis de Castro, presidente da Associação Quilombola Comunidade Negra Rural Lagoinha de Baixo, espera regularizar a situação da comunidade o mais rápido possível. "Queremos resolver da melhor maneira possível, o mais rápido para nós. Sou nascido e criado aqui, e minha mãe também foi nascida e criada aqui", afirma. As próximas ações do In-cra-MT estarão concentradas na análise dos títulos do território. Em seguida, serão feitos estudos quanto às desapropriações, indenizações cabíveis, desintrusão de ocupantes não-quilombolas e, finalmente, a demarcação da área. O último procedimento é a titulação, que ocorre em nome da associação da comunidade, por Decreto do presidente da República.

Fonte: 24 Horas News e Gazeta Digital

FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Entre os dias 25 e 27 de setembro foi oficializado o Fórum Estadual Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Mato Grosso. Durante o encontro, os participantes debateram temáticas referentes às políticas públicas para a implementação da Lei 10.639/03, que inclui a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. De acordo com a legislação, o conteúdo programático inclui o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

Integram o Fórum, o Sindica-

to dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT), o Ministério Público, Instituto de Mulheres Negras (Imune), Conselho Estadual de Educação Indígena, Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), Fórum das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso, dentre outros.

Fonte: 24 Horas News

MG

COMUNIDADE PARALISA HIDRELÉTRICA

A comunidade quilombola de Marques conseguiu anular a licença de construção da hidrelétrica Mucuri, que se construía inundaria seu território. A comunidade acionou o Ministério Público Federal com base no Art. 68/ADCT e na Convenção 169 da OIT, que exige que o licenciamento e compensações sejam acordados pelos possíveis impactados. Marques ainda não está com a questão fundiária concluída pelo In-cra, tornando impossível verificar o verdadeiro impacto da usina sobre seu território e obrigando a empresa a aguardar a conclusão para obter novas licenças.

Fonte: Portal Vermelho

ES

FESTIVAL DO BEIJU EM SÃO JORGE

De 17 a 19 de outubro foi realizado na comunidade de São Jorge o tradicional Festival do Beiju que anualmente reúne milhares de pessoas. O beiju é a base de mandioca e é consumido frequentemente no café da manhã. Os próprios quilombolas foram responsáveis pela coordenação e prestação de contas dos R\$ 100

mil investidos pelo Ministério do Turismo no evento. Ocorreram também atividades culturais e debate político sobre a destruição do solo e da vida aquática e a expulsão de centenas de quilombolas pelas empresas Aracruz Celulose e Suzano.

Fonte: Século Diário

RJ

ENCONTRO DE MULHERES QUILOMBOLAS

Aconteceu entre os dias 6 e 8 de novembro, no município de Paulo de Frontin, o Encontro de Mulheres Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro: "Mulheres Quilombolas: Tecendo sua História".

O encontro, promovido por KOINONIA e pela Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj), reuniu mulheres quilombolas das comunidades de Feital e Maria Conga (Magé); Alto da Serra (Lídice); Bracui (Angra dos Reis); Rasa (Búzios); Fazenda Botafogo (Cabo Frio) e Cruzeirinho (Natividade).

Os objetivos principais do encontro foram propiciar a troca de experiências das mulheres através do compartilhamento das histórias de vida e lutas de cada uma e informar e incentivar a participação dessas mulheres



Encontro de Mulheres Quilombolas RJ

negras quilombolas em fóruns, redes, conselhos municipais e estaduais.

Fonte: KOINONIA/OQ

MACHADINHA GARANTE DIREITO À PROPRIEDADE

Quilombolas da Fazenda Machadinha, em Quissamã, no Norte Fluminense, conquistaram no dia 25 de setembro a posse definitiva da antiga senzala da Fazenda, atualmente moradia de 42 famílias. Foi publicado no diário oficial um decreto do prefeito da cidade, regulamentado pelo Incra, que determina o procedimento para reconhecer as terras e os imóveis ocupados pelos quilombolas. O decreto levou em consideração o fato da comunidade ter uma trajetória histórica própria, com relações territoriais e ancestralidade negra. Hoje a fazenda Machadinha é um pólo cultural composto pelas senzalas, ruínas da casa grande, uma capela e um armazém.

Fonte: Destaque Seppir, Jornal Correio do Brasil e O Globo.

SP

PRÊMIO CULTURAS POPULARES

As comunidades de Mandira, São Pedro e Morro Seco, localizadas no Vale do Ribeira, foram selecionadas pelo Ministério da Cultura para o Prêmio Culturas Populares 2008 – Mestre Humberto Maracanã. O concurso premia com R\$ 10 mil as iniciativas que envolvam manifestações específicas e/ou mestres que contribuam para preservação da memória da cultura popular brasileira.

Fonte: Boletim Itesp

RS

ALIMENTAÇÃO E RENDA NOS QUILOMBOS

Foi assinado no dia 3 de setembro o projeto "Construindo Alternativas de Segurança Alimentar e Geração de Renda para as Comunidades Remanescentes de Quilombolas do Rio Grande do Sul", que prevê atender 767 famílias de 18 comunidades quilombolas no estado. Serão quase R\$ 130 mil investidos na segurança alimentar, com a valorização das comidas tradicionais e produções comunitárias para geração de renda, com escoamento da produção e qualificação profissional. O projeto é uma parceria da Emater/RS-Ascar, Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social e Sulgás.

Fonte: Clic Erechim

SC

MNU DEFENDE LUTA QUILOMBOLA

O Movimento Negro Unificado (MNU) lançou manifesto contra os ataques aos direitos quilombolas, entre eles as tentativas de anulação do Decreto 4887 e do Artigo 68 por particulares e empresas representados no Partido dos Democratas (ex-PFL) e pelo Projeto de Lei 3654, de Valdir Colato (PMDB-SC). Cedendo as estas pressões, o Estado brasileiro foi denunciado à Organização Internacional do Trabalho (OIT) por desrespeitar os direitos das populações tradicionais. Em seu manifesto, o MNU convoca a todos a: apoiar a denúncia; lutar contra o PL 3654; apoiar a titulação e a sustentabilidade das terras quilombolas; e a promover um 20 de novembro de apoio à luta quilombola.

Fonte: MNU

COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO

Dezesseis comunidades quilombolas e negras rurais, representando as comunidades do Baixo Sul da Bahia, e 57 Terreiros de Candomblé de Salvador atendidos por KOINONIA, participaram do seminário “Comunidades Negras Tradicionais como Agentes de Desenvolvimento”. O evento foi realizado por KOINONIA, entre 29 e 31 de outubro, em Salvador (BA), e convocado em parceria com o Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira (INTECAB) e o Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá). Além das comunidades, estiveram representados diversos órgãos dos governos municipal, estadual e federal (veja no box).

Durante o Seminário foram realizados diversos painéis temáticos e debates que resultaram na definição, por parte das comunidades presentes, das suas principais necessidades e demandas, tendo em vista a criação de uma pauta de diálogo com os órgãos públicos. O conjunto de demandas das comunidades e dos compromissos assumidos pelas autoridades presentes são apresentados nos dois quadros a seguir.

Outro destaque do evento também foi o início o processo de mobilização pela criação da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais. Os participantes determinaram elencados uma série de princípios e ações prioritárias para a Comissão Estadual, que foram transformadas em documento que será entregue à Secretaria de Relações Institucionais do Governo da Bahia.

O seminário faz parte do Projeto de KOINONIA “Capacitação e apoio ao desenvolvimento de Comunidades Negras Tradicionais no Brasil”, que desde 2007 atende 15 Terreiros de Candomblé em Salvador, e 22 comunidades negras rurais da região do Baixo Sul da Bahia.

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS PARTICIPANTES

Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria de Relações Institucionais do Governo da Bahia; Superintendência do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) da Bahia; Secretaria Municipal da Fazenda; Secretaria Municipal da Reparação (Semur); Secretaria de Promoção da Igualdade (Sepromi); Coordenação de Diversidade da Secretaria de Educação do Estado da Bahia; Superintendência Estadual de Vigilância e Proteção da Saúde; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Estadual de Cultura da Bahia - Fundação Pedro Calmon.

COMUNIDADES NEGRAS REPRESENTADAS NO SEMINÁRIO

Comunidades quilombolas do Baixo Sul da Bahia

Abóbora, Barro Vermelho, Sítio do Mato, Barroso, Dandara dos Palmares, Garcia, Lameiro, Pedra Rasa, Pimenteira, Porto do Campo, Pratigi, Ronco, Terra Seca (município Camamu); Laranjeiras (município de Igrapiúna); Brejo Grande (município de Ituberá); Quitungo (Município de Maraú); Boitaraca e Jatimane (município de Nilo Peçanha).

Terreiros de Candomblé de Salvador

Axé Abassá de Ogum, Casa Branca, Ilê Axé Anandeuyi, Ilê Axé Airá, Ilê Axé Ajagunon Elegbo, Ilê Axé Alafumbí, Ilê Axé Alarabedê, Ilê Axé Gezubum, Ilê Axé Ig Bonan, Ilê Axé Jfokan, Ilê Axé Jitolobi, Ilê Axé Kalé Bokum, Ilê Axé Obá Tony, Ilê Axé Odé Gmin, Ilê Axé Odé Tola, Ilê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Oiá Onipó Neto, Ilê Axé Ojuirê, Ilê Axé Olufan Anancidê Omim, Ilê Axé Olufanjá, Ilê Axé Omin Ewá, Ilê Axé Omin Funkó, Ilê Axé Omin J’Obá, Ilê Axé Omin Landê, Ilê Axé Omin Lonan, Ilê Axé Omin Ninja, Ilê Axé Omo Ofá Loke, Ilê Axé Onicofá Bonijá, Ilê, Axé Oxumarê, Ilê Axé Oyá, Ilê Axé Oyá Matamba, Ilê Axé Oyó Bomin, Ilê Axé Tunadení, Ilê Axé Vintém de Prata, Ilê Axé Yalodeidê, Ilê Axé Yíá Osshum, Kansua Monaleuci, Manso Dandalungua, Cocuazenza, Nzo Sasaganzú Mono Guiamaze, Terreiro Aloíá, Terreiro Boiadeiro de Jussara, Terreiro Caboclo Catimboíá, Terreiro de Oxum, Terreiro do Cobre, Terreiro Guerebetá Gume Sogboadã, Terreiro Ilê Axé Oyh, Terreiro Kawizidi Junçara, Terreiro Mokambo, Terreiro Oxossi Mutalambô, Terreiro Pena Branca, Terreiro São Roque, Terreiro Tumba Junçara, Terreiro Viva Deus Bisneto, Terreiro Viva Deus Filho, Terreiro Vodun Zo, Unzô Bankisê, Unzo Sasaganzú Kakitembo Kiatala Mba Katuala.

Diagnóstico e demandas das comunidades presentes

Sobre os territórios

- As comunidades precisam compreender melhor o que é a titulação quilombola, por meio de mais investimento na sua formação, mas também por meio de esclarecimentos acerca das áreas que têm títulos rurais já expedidos para quilombolas pelo INCRA;
- As áreas com conflito agrário (com fazendeiros) devem ser as prioritárias para o INCRA, com o início das vistorias ainda este ano.

Sobre produção familiar

- Fomento à produção, por meio de fábricas ou pequenas unidades familiares de beneficiamento de frutas;

- Construção de estradas para escoar a produção;
- Participação no Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB;

Sobre meio ambiente e infra-estrutura

- Extensão do Programa Luz Para Todos até as comunidades quilombolas (das comunidades presentes ao seminário seis ainda não tinham energia elétrica e em sete faltam a complementação da rede de energia elétrica).
- Estender o serviço de recolhimento de lixo às comunidades;
- Implantar rede de esgoto nas comunidades;
- Apoio para proteção das nascentes e para tratamento da água;
- Controle e fiscalização do desmatamento ilegal na região, muitas vezes realizados por pessoas com influência política e autorizadas pelo IBAMA regional;

Sobre memória, cultura e conhecimentos tradicionais

- Resgatar a documentação sobre período da escravidão que existam nas prefeituras, fóruns e igrejas locais;
- Exigir o retorno das pesquisas feitas sobre nossas comunidades;
- Apoio às associações para o resgate das tradições (festas de bumba-boi, pau de fita, pau de sebo, dois de julho, festa de são joão, bordados, costuras, panelas de barro, artesanato de piaçava e outros artesanatos);
- Ampliar o trabalho com plantas medicinais e conhecimentos tradicionais;

Sobre educação

- Capacitação aos professores sobre questão quilombola;
- Definição de um programa de educação diferenciada e produção de materiais didáticos específicos;
- Informações sobre as políticas específicas para educação nas áreas quilombolas;
- Criação de bibliotecas e centros de informática nas escolas;
- Instalação de tele-centros nas comunidades;
- Formação para os jovens;
- Apoio à manutenção da Escola Família Agrícola, com o seu reconhecimento pelo MEC como escola que atende uma população diferenciada.

Sobre saúde

- Estender e melhorar o programa Saúde da Família em toda a região, já que faltam postos médicos e agentes comunitários de saúde bem treinados;
- Ampliar a distribuição de remédios nos postos que existem;

Sobre a intolerância religiosa

- Criar espaços de diálogo, educação e conhecimento sobre as diversas religiões, especialmente porque as religiões de matriz africana sofrem mais com a discriminação.

Compromissos assumidos pelos órgãos governamentais presentes

Pela Coordenação de Diversidade da Secretaria de Educação do Estado da Bahia

- Executar a Lei 10.639/2003 e formar professores para os currículos das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, em Salvador e no Baixo Sul (BA);
- Criar condições para que as comunidades de terreiros façam parte do Fórum Estadual de Educação na Bahia;
- Levantar as demandas de educação, saúde e direito fundiário nas comunidades quilombolas;

Pela Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão, Secretaria de Alfabetização Continuada e da Diversidade do MEC

- Fomentar a produção de material didático para as comunidades quilombolas;
- Formar professores de acordo com a Lei 10.639/2003 e para as classes multisseriadas;
- Informar sobre os financiamentos diferenciados para a merenda escolar nos municípios com presença de quilombos.

Pela Superintendência Estadual de Vigilância e Proteção da Saúde

- Favorecer a participação das comunidades negras tradicionais nos Conselhos de Saúde e nos Comitês do Estado;
- Promover educação para diversidade entre agentes da Secretaria de Saúde;
- Realizar ações especiais sobre o caso da leishmaniose no Baixo Sul.

Pelo GT Saúde da População Negra, Secretaria Municipal de Saúde - Salvador

- Fomentar a valorização dos conhecimentos tradicionais das religiões de matriz africana;
- Dar continuidade à realização de oficinas e feiras de saúde junto aos terreiros;

- Ampliar a representação das religiões de matriz africana no Conselho Municipal de Saúde.

Pelo INGÁ – Instituto de Gestão de Águas e Clima

- Promover a consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), na Bahia;
- Dar continuidade à política de realização dos Encontros das Águas;
- Monitorar a qualidade das águas de acordo com o compromisso firmado na *Carta das Águas*, com a participação dos povos e comunidades tradicionais de Salvador;
- Estimular a participação das comunidades negras tradicionais na reformulação do Plano Estadual de Recursos Hídricos a partir dos Comitês de Bacia;
- Formar agentes voluntários das águas entre as comunidades negras tradicionais.

Pelo Ministério do Desenvolvimento Social

- Fomentar a participação das comunidades negras tradicionais nas linhas dos programas de Aquisição de Produtos Extrativistas (PAE), de Aquisição de Alimentos (PAA), e de Aquisição de Leite para distribuição no Baixo Sul;
- Divulgar as avaliações dos resultados do programa Bolsa Família aos presentes neste Seminário;
- Promover o acesso das comunidades quilombolas e comunidades de terreiros ao Benefício de Prestação Continuada (para famílias com renda de até 1/4 do salário mínimo por pessoa);
- Estimular a participação das Ongs e das comunidades na rede de pesquisadores do levantamento das comunidades negras tradicionais, assim como nos convênios que beneficiem produções nas comunidades negras tradicionais de terreiros;
- Aperfeiçoar a disseminação de informações sobre o fundo constituído pela apreensão de extração ilegal de madeiras, sobre os editais de projetos do MDS aplicáveis às comunidades negras tradicionais, sobre a Lei de Repartição de Benefícios de Conhecimentos e Práticas Tradicionais e sobre os fundos conveniados entre a Petrobrás e o Conselho Nacional de Comunidades de Povos Tradicionais;

Pelo INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária – BA

- Debater sobre a solução da titulação dos territórios em que famílias já têm títulos individuais de propriedade;
- Agendar uma visita ao Baixo Sul, ainda no ano de 2008, para explicar o estado dos processos na região.



Mesa do seminário.

Pela Secretaria de Relações Institucionais do Governo da Bahia

- Alinhar-se às políticas públicas federais para as comunidades e povos tradicionais;
- Assegurar ações de preservação das tradições lingüísticas dos povos e comunidades tradicionais, com a participação de seus representantes;
- Divulgar o processo e os critérios de constituição da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, assim como o "1º. Encontro para a sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais da Bahia";
- Facilitar os processos de comunicação da juventude de candomblé com a Coordenação Estadual de Juventude.

Pela Secretaria Municipal da Reparação (Salvador)

- Capacitar servidores municipais das diversas secretarias contra a intolerância religiosa;
- Implementar a isenção tributária dos terreiros de Candomblé em Salvador;
- Divulgar a cartilha de orientação jurídico-tributária para os terreiros;

Pela Coordenação de Tributação da Secretaria Municipal de Fazenda (Salvador)

- Oferecer orientações técnicas sobre os processos de constituição de associação para terreiros com vista à imunidade tributária.

Pela Secretaria Estadual de Cultura da Bahia - Fundação Pedro Calmon

- Promover, valorizar e proteger a tradição oral das comunidades negras tradicionais e os seus saberes;
- Promover o reconhecimento pelo IPHAN dos saberes das comunidades negras tradicionais;
- Promover entre os gestores municipais o uso da lei de patrimônio histórico e cultural para os Terreiros de Candomblé;
- Promover a criação de uma lei estadual para proteção do patrimônio imaterial e material das comunidades negras tradicionais.

um pouco de história

ZUNGUS E TAGUÁS.

A imagem ao lado é uma gravura do francês Jean Baptiste Debret (1768-1848) intitulada 'Negras cozinheiras vendedoras de angu'. O local é a movimentada Praia do Peixe, próximo ao Paço Imperial, no coração da cidade do Rio de Janeiro. Estas quitandeiras, como também eram conhecidas, podiam ser libertas ou "escravas de ganho". O angu, como ainda hoje, era um alimento popular a base de milho moído, cozido e temperado, por vezes condimentado com carnes ou camarão. O negócio ocupava pontos fixos e constituía espaços de sociabilidade entre escravos, ex-escravos e libertos. Sua designação popular se adequou ao yorubá usado pelos afro-cariocas do início do século XIX, tornando-se conhecidos como zungus.

O correlato aos zungus do Rio de Janeiro eram os taguás da região de Campinas (SP), onde também se vendiam alimentos, e serviam como locais de diversão, batucadas e religião de negros livres e escravos. Os taguás surgiram após a demolição do Mercado de Hortaliças em 1885, mas, mesmo depois da sua reconstrução, não desapareceram, passando a ser alvo da perseguição policial.

Tanto os zungus quanto os taguás foram colocados na clandestinidade, classificados como locais ordinários, lúgubres, imundos, ponto de reunião de desordeiros, vagabundos, gatunos. Eram, enfim, perseguidos por instigarem e acobertarem negros fugidos, sendo por isso classificados pela polícia como 'casas de quilombo'. Na cidade no Rio de Janeiro, as campanhas contras os zungus na Rua da Vala, no Beco do Cotovelo e na Rua do Lavradinho datam de 1830. Em Campinas, no final deste mesmo século, a Câmara aumentava os impostos sobre os taguás, lhes negava novas licenças e os perseguia com fervor.

As contradições inerentes à existência destes espaços os faziam tão necessários ao funcionamento da cidade (movimentavam o comércio local e eram convenientes aos senhores que não proviam a alimentação dos seus escravos) quanto perigosos à ordem pública, já que serviam de espaço à insubordinação escrava e à sociabilidade negra dos principais centros urbanos do país.

Fontes Bibliográficas:

MARTINS, Valter. Taguás: simulacros da liberdade no últimos anos da escravidão em Campinas. XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2007.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Zungú: rumor de muitas vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

Imagem:

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.



um território

BARRA DO AROEIRA, TOCANTINS

Durante a Guerra do Paraguai (1854-1870), o governo imperial anistiava os escravos que fossem apresentados para servir e fazia "vista grossa", aceitando como voluntários os que fugiam e se apresentavam para participar do exército imperial em busca da liberdade. Consta que o contingente de escravos brasileiros atuando como soldados não ultrapassava 10%. Dentre eles, encontramos o soldado negro Felix José Rodrigues, que deu origem à comunidade de Barra do Aroeira, localizada no município de Santa Tereza, a cerca de 90km de Palmas, capital do Tocantins.

De acordo com os moradores, Felix recebeu de D. Pedro II uma área de terras na região do Jalapão, na então província de Goiás, hoje estado do Tocantins, como recompensa pela sua atuação na Guerra do Paraguai. Com outros roceiros – talvez alguns antigos quilombolas — teria iniciado a ocupação em um lugar denominado São Domingos, plantando arroz, feijão, mandioca, milho e hortaliças. Consta que o documento que comprovava a doação feita pelo imperador foi queimado num incêndio ocorrido na casa do ex-escravo.

Em 1950, uma comissão de representantes da comunidade foi ao Rio de Janeiro e conseguiu uma segunda escritura da terra. O documento foi entregue pessoalmente pelo brigadeiro Eduardo Gomes. Infelizmente, os moradores contam que a segunda doação também foi extraviada após tentativa de registrá-la em cartório.

Os moradores de Barra do Aroeira têm muito orgulho de sua história, mas a falta de um documento

de comprovação da propriedade colocou-os sob a constante atuação de grileiros, o que diminuiu o território que teria sido concedido a Felix José.

Quando recorreram à justiça para a defesa do território, tomaram conhecimento da possibilidade de se auto-declararem remanescentes de quilombos. Mas o que parecia simples gerou uma grande polêmica. A comunidade se orgulhava de não ser descendente de grupos fugidos, e sim daqueles que lutaram na Guerra do Paraguai e que, por isso, se tornaram cidadãos brasileiros e receberam terras diretamente do imperador.

Foi só depois de muita discussão em torno do conceito de "remanescentes de quilombo" que a comunidade decidiu dar início ao processo de reconhecimento. Assim, em 20 de janeiro de 2006, a Fundação Cultural Palmares emitiu a certidão de auto-reconhecimento da comunidade e, no mesmo ano, foi lançado o filme "Soldado Negro". Produzido pela Universidade Federal do Tocantins, pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e pelo Ponto de Cultura Tambor de Tocantins, o filme retrata a memória social e histórica da comunidade.

No início de 2007 foi iniciado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território da comunidade, que tem 62,3 mil hectares e abrange trechos dos municípios de Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins e Novo Acordo. A área reivindicada é justificada pelos remanescentes quilombolas de Felix José como um direito de herança.

De acordo com o Incra, a área proposta tem o objetivo de garantir aos remanescentes quilombolas a reprodução física, social, econômica e cultural, tanto dos que moram no interior do território, como dos que se viram obrigados a viver fora dele por questão de sobrevivência e que também foram cadastrados para retornar ao antigo território. Segundo lideranças quilombolas, hoje existem 94 famílias instaladas em Barra do Aroeira e mais de 80 morando fora da área pleiteada, nas periferias de algumas cidades ou em assentamentos do Incra.

Daniela Yabeta

Mestranda em História das Instituições UNIRIO

Fontes Bibliográficas:

Observatório Quilombola (25-10/2007), (10/04/2007), (25/08/2006)

Revista de História da Biblioteca Nacional – 01/12/2007 - Origens da roça negra - Comunidades negras rurais se multiplicaram em várias regiões mesmo depois de acabada a escravidão - A diversidade do fenômeno força uma revisão da idéia de quilombo - Flávio Gomes e Antonio Liberac C. S. Pires

Revista Estudos Avançados (USP) - Estud. av. vol.9 no.24 São Paulo May/Aug. 1995 – A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai – André Amaral de Toral

Agradeço a colaboração do Professor Dr. Ricardo Salles (UNIRIO) autor do livro "Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército".

fala quilombola

COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS COMO AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

Notícia do Seminário

Aconteceu no período de 29 a 31 de outubro o 1º Seminário sobre comunidades negras tradicionais como agentes de desenvolvimento.

O debate ajudou a estimular e promover nas pessoas presentes a importância de criar na comunidade o desenvolvimento sustentável, no qual as pessoas reivindiquem seus direitos, sendo assim agentes multiplicadores nas comunidades.

O seminário contou com a presença das comunidades negras tradicionais do Baixo Sul, como Camamú, Ituberá e Nilo Peçanha. Foi criado um clima de integração e sinergia entre as pessoas dos terreiros de candomblé de Salvador com as pessoas do Baixo Sul.

Foi um momento de acreditarmos no por vir e que como quilombolas, poderemos lutar pelos nossos direitos.

Foram discutidos vários temas neste seminário como: Educação e Saúde; Meio Ambiente; Água e Desenvolvimento Sustentável; Políticas Territoriais e Território; Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa; Patrimônio Cultural e Conhecimentos Tradicionais.

Portanto, só conseguiremos criar um ambiente sustentável quando todos se auto-atribuírem de sua identidade como quilombola, fazendo com que não percamos a essência, que são os valores da sinergia, da cooperação, da união, da integridade e do respeito mútuo, uns para com os outros. Assim estaremos praticando o desenvolvimento que queremos.

Pedrina Belém do Rosário, 19 anos, quilombola da comunidade de Jatimane, localizada em Nilo Peçanha, região do Baixo Sul da Bahia. Pedrina é comunicadora voluntária e pretende fazer faculdade de jornalismo.



Pedrina, a primeira da esquerda para a direita, e participantes do Seminário

LIVRO SOBRE COMUNIDADES DO FEIXO E RESTINGA

Foi lançado no dia 13 de novembro, no Paraná, o livro *“Comunidades do Feixo e da Restinga – Herança dos Afro-Descendentes da Lapa”*, de Fernanda Maria de Castro Paula. A obra é o registro das lembranças de seus antigos moradores e fotos produzidas pela autora e por jovens residentes nas comunidades. Junto com o lançamento do livro foi feita uma exposição fotográfica que seguirá para a cidade de Grenoble, França, com abertura marcada para 10 de dezembro, no Le Local Produits Équitables ET Solidaires.

As 56 páginas do livro trazem imagens diversas, conforme o olhar de cada adolescente. Paisagens, colheita de batatas, festa no quartel, desfile cívico, batizado, benzimento, trecho de rua onde os jovens se encontram – tudo foi motivo para as lentes dos iniciantes.



Comunidades históricas da Lapa ganham fotos registradas em livro

CRIOULAS VÍDEO LANÇA SITE

A produtora Crioulas Vídeo formada por jovens do quilombo de Conceição das Crioulas, em Salgueiro, está disponibilizando a sua produção na internet. O site <http://www.crioulasvideo.org> traz mais de 25 vídeos, que retratam a cultura da comunidade, as lideranças, os posicionamentos, os festejos, entre outros.

O grupo já teve vídeos selecionados para festivais e vem sendo convidado para facilitar oficinas de arte-educação em comunidades quilombolas. O seu mais recente trabalho foi um documentário sobre a Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas de Pernambuco. Além disso, o grupo aperfeiçoa suas técnicas participando de oficinas com profissionais da área.

A produtora surgiu em abril de 2005, com uma oficina de vídeo com a duração de cinco dias, uma parceria entre o Centro de Cultura Luiz Freire e o grupo Identidades de Porto, Portugal.



siglas usadas nesta edição

Seppir: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Itesp: Instituto de Terras de São Paulo

Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OIT: Organização Internacional do Trabalho

MPF: Ministério Público Federal

FCP: Fundação Cultural Palmares

D.O.U.: Diário Oficial da União

MDA: Ministério de Desenvolvimento Agrário

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral e destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site KOINONIA. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Editor: José Maurício Arruti

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Gualberto, Manoela Vianna.

Programação visual: Cibele Bustamante

Redação: Helena Costa, Manoela Vianna e Marcia Evangelista de Souza

Revisão: Helena Costa, Manoela Vianna e Márcia Evangelista de Souza

Secretário-executivo KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço



Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230
Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 3042-6445 Fax (21) 3042-6398



territoriosnegros@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br
oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq

APOIO



União Européia



CHURCH WORLD SERVICE



NORWEGIAN CHURCH AID



FORD FOUNDATION



The United Church Of Canada
L'Église Unie Du Canada



Canadian International Development Agency

Agence canadienne de développement international

Esta publicação foi feita com apoio da União Européia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Européia